



REFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2015

FRA - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

ANEXO I DO EDITAL 04/2015

PROGRAMA DE PROVAS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

PROGRAMA PARA OS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL SUAS, MÉDICO VETERINÁRIO AGROPECUÁRIA E MÉDICO VETERINÁRIO MEIO AMBIENTE

Ementa de Língua Portuguesa:

Leitura, compreensão e interpretação de textos. Conhecimentos lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares). Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal. Crase. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

Bibliografia sugerida para Língua Portuguesa:

HIDELBRANDO, A. *Gramática ilustrada*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2009.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa: novo acordo ortográfico*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

NETO, C.P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

Ementa de Conhecimentos Gerais:

Cultura Geral. Fatos políticos, econômicos e sociais do Brasil ocorridos nos anos de 2013 a 2015 divulgados na mídia nacional.

Conhecimentos gerais da História e Geografia do Brasil. O mundo globalizado – a nova ordem mundial.

Ecologia, Meio ambiente e qualidade de vida. Princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil.

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Bibliografia sugerida para Conhecimentos Gerais:

Jornais e revistas atualizados. Livros, enciclopédias. Biblioteca virtual IBGE.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (texto atualizado).

ITABIRITO. Lei n. 3.003 de 02 de maio de 2014. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.



REFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2015

FRA - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Ementa de Conhecimentos Específicos de Assistente Social SUAS:

Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e pressupostos éticos da prática profissional; Instrumentalidade do Serviço Social; A relação Serviço Social e família: diversidade e multiplicidade dos arranjos familiares, pobreza, exclusão/inclusão, vulnerabilidade e riscos sociais com suas políticas de superação; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. O Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS. Gestão da Assistência Social na perspectiva do SUAS. A consolidação da LOAS e seus pressupostos teóricos, o novo reordenamento da Assistência Social/SUAS. As proteções sociais no SUAS. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe Interdisciplinar profissional (relacionamento e competências). Acompanhamento, análise e tendências da política social brasileira e dos programas sociais do governo (CADÚNICO). Interdisciplinaridade nas ações profissionais: o trabalho em equipe. SCFV (Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos). Conhecimento sobre estudos socioeconômicos. Noções dos serviços de proteção (PAIF e PAEFI).

Bibliografia sugerida de Conhecimentos Específicos de Assistente Social SUAS:

NEVES, Marília Nogueira. *O Serviço Social e o atendimento em Rede*, In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais (2.:2009: Belo Horizonte, MG). Nas trilhas dos direitos humanos para combater as desigualdades/ Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região (org.). Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social*. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais*. 1ªed.Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009, v. v. 1.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

BRASIL. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011, altera a Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993;

BRASIL. Lei n. 12.470, de 31 de agosto de 2011. LOAS - altera a Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993;

Política Nacional de Assistência Social (PNAS) novembro de 2004.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 / Lei n. 12962 e Lei n. 13010. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, Presidência da República. Estatuto do Idoso.

BRASIL. Lei n. 13.340 de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica NOB/Suas. Brasília, 2012.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/Suas. Brasília, 2006.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - Orientações Técnicas. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - 1ª Versão. 2011.



REFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2015

FRA - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Ementa de Conhecimentos Específicos de Médico Veterinário Agropecuária:

Anatomia, fisiologia, patologia e clínica médico-veterinária dos animais domésticos de interesse comercial, de produção de alimentos e de companhia. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: Programas de Autocontrole, Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPOH e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal. Resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. Identidade e qualidade de produtos de origem animal. Tecnologia de produtos de origem animal. Doenças transmitidas por alimentos. Defesa Sanitária Animal: prevenção, controle e diagnóstico, clínico e laboratorial, das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal. Doenças de notificação obrigatória. Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco e bioestatística. Desenvolvimento de programas sanitários. Inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos destinados à alimentação animal: Métodos de análise e amostragem de produtos destinados à alimentação animal. Análises de resíduos e contaminantes, microbiológicas e físico-químicas de produtos destinados à alimentação animal. Risco de disseminação de doenças aos animais por produtos destinados para alimentação animal. Nutrição animal de ruminantes e monogástricos. Processamento de alimentos e formulação de rações, concentrados, núcleos, premixes e suplementos. Principais alimentos, suas características nutricionais e utilização na indústria da nutrição de animais. Tipos e funções dos aditivos utilizados na alimentação animal. Fabricação e o emprego de rações, suplementos, premixes, núcleos ou concentrados com medicamentos para os animais de produção. Noções de Boas Práticas de Fabricação - BPF e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. Inspeção de produtos de uso veterinário: Farmacologia veterinária. Controle da produção de soros, vacinas e antígenos para salmonelose, micoplasmose, newcastle, brucelose, raiva, peste suína e febre aftosa. Ensaio de eficácia e segurança para produtos veterinários. Noções básicas de biossegurança. Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos: Conceito e Aplicações. Melhoramento Genético Animal e Registro Genealógico. Pecuária Orgânica: conceitos, princípios, alimentação, manejo e terapêuticas na produção animal orgânica. Legislação federal - Defesa Sanitária Animal. Inspeção de produtos de origem animal. Produtos veterinários. Programas sanitários.

Bibliografia sugerida de Conhecimentos Específicos para Médico Veterinário Agropecuária:

Legislação Municipal

- 1) Lei Municipal nº 2354 de 23 de agosto de 2004 – Instituiu o Serviço de Inspeção Municipal em Itabirito.
- 2) Decreto nº 9358, de 22 de novembro de 2011 - Regulamenta a Lei Municipal nº 2354, de 23 de agosto de 2004, que dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal.
- 3) Decreto nº 9799 - Regulamenta as normas físicas e sanitárias para o abate de bovinos e suínos, vinculados ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM em Itabirito

Legislação Estadual

- 1) Lei nº 11.812 de 23 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização sanitárias de produtos de origem animal e dá outras providências.
- 2) Decreto nº 38.691 de 10 de março de 1997 - Baixa o regulamento da inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal.



REFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2015

FRA - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Portarias do Instituto Mineiro de Agropecuária – (IMA)

- 1) Portaria nº 470 - Dispõe sobre arbitramento de multas e outras penalidades na área de inspeção de produtos de origem animal.
- 2) Portaria nº 549 - Estabelece procedimentos para análise fiscal de produtos de origem animal.
- 3) Portaria nº 600 - Aprova o Manual de Normas Higiênico-sanitárias e Tecnológicas para Leite e Produtos Lácteos.
- 4) Portaria nº 832 - Aprova o Manual de Procedimentos de Fiscalização de Produtos de Origem Animal
- 5) Portaria nº 1.046 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de programas de autocontrole em estabelecimentos de produtos de origem animal.
- 6) Portaria 1.261 - Dispõe sobre a rotulagem de produtos de origem animal.
- 7) Portaria nº 1.246 - Dispõe sobre responsabilidade técnica nas indústrias de manipulação de produtos de origem animal.
- 8) Portaria nº 1.267 - Revoga a Portaria nº 1.246.
- 9) Portaria nº 1.286 - Dispõe sobre responsabilidade técnica nas indústrias de manipulação de produtos de origem animal.
- 10) Portaria 1.305 - Estabelece diretrizes para a produção do Queijo Minas Artesanal
Portaria 1.309 - Dispõe sobre os parâmetros e padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal e água de abastecimento.
- 11) Portaria nº 1319 - Cria o Sistema Estadual de Inspeção de Minas Gerais
- 12) Portaria nº 1339 - Altera a Portaria nº 1319/2013
- 13) Portaria nº 1355 - Cria o Sistema Estadual de Inspeção de Minas Gerais - Sisei/MG e revoga as portarias nº 1319 e 1339/2013
- 14) Portaria nº 1355 Retificação
- 15) Portaria nº 1356 - Dispõe sobre a inclusão de estabelecimentos de produtos de origem animal no Sistema Brasileiro de inspeção de produtos de origem animal - SISBI/POA.

Legislação Federal

- 1) Decreto 24.548, de 3 de julho de 1934 - Aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.
- 2) Lei nº 1.283, 18/12/1950 - Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal
- 3) Lei nº 8.171/1991 (Lei Agrícola), alterada pela Lei no 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29, que criou o Suasa.
- 4) Decretos nº 5.741/2006, 7.216/2010 e 7.524/2011, que regulamentam o funcionamento do Suasa.
- 5) Instrução Normativa do Mapa nº 2/2009 e no 36/2011, que definem os procedimentos para adesão dos entes federados ao Suasa.
- 6) Circular do Mapa no 52/2006, que padronizou os procedimentos para análise de processos de adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA/Suasa.
- 7) Lei Federal nº 7.889 de 23 de novembro de 1989 - Dispõe sobre a inspeção sanitária industrial dos produtos de origem animal e dá outras providências.
- 8) Lei 9.712/98 (Art. 27-A, 28-A e 29-A da Lei 8.171/91)
- 9) Decreto 5.741/06 (regulamenta os Artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei 9.712/98)
- 10) Instrução Normativa nº 62, de 29/12/2011 - Aprova os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do leite tipo A, o Regulamento Técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel.



REFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2015

FRA - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

- 11) Portaria MAPA nº 711, de 01 de novembro de 1995 - Normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos.
- 12) Portaria MAPA nº 210, de 10 de novembro de 1998 - Regulamento técnico da inspeção tecnológica e higiênico-sanitária de carne de aves.
- 13) Padronização de técnicas, instalações e equipamentos para o abate de bovinos, MAPA-DIPOA/1971.
- 14) Portaria MAPA nº 368 de 4 de setembro de 1997 - Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos
- 15) Decreto 30.691, de 29 de março de 1952 - Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
- 16) Ofício Circular nº 01/2011/DIPOA/SDA, que disciplina o trânsito e a comercialização no território nacional dos produtos elaborados por estabelecimentos registrados em Serviços de Inspeção aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção

Ementa de Conhecimentos Específicos de Médico Veterinário Meio Ambiente:

Agroecologia, ciclos biogeoquímicos, ecologia e meio ambiente: conceituação e diferenciação. Teoria dos sistemas: conceitos e definições; Dinâmica de sistemas. Sistemas ambientais: ecossistemas, biosfera, ecosfera, biótipos e biomas. Desequilíbrios ambientais. Água: o ciclo e os fins, consequências da ação antrópica do homem. Ar: evolução da atmosfera, alterações, causas e efeitos. Terra: definição, distribuição, ocupação, consequências e causas e alternativas de recuperação. Impactos ambientais e avaliações. Consciência ambiental e responsabilidade social.

ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE: Fragmentação, efeito de borda e perda de biodiversidade. Corredores ecológicos, dispersão de fauna e flora e trocas genéticas. Conservação e manejo de populações e de metapopulações in situ e ex situ. Introduções indesejadas de animais exóticos ou alóctones e seus efeitos sobre populações e comunidades em ambientes naturais. Estratégias para conservação da diversidade biológica: hotspots (áreas de alta biodiversidade) e centros de endemismos. Estratégias de conservação de habitats e de espécies. Estrutura de populações e manejo sustentável de fauna na natureza e em semiliberdade. Estatística paramétrica e não paramétrica. Ecologia da paisagem. Biomas e fitofisionomias brasileiros: características e evolução da fauna e flora. Política Nacional da Biodiversidade.

BIODIVERSIDADE, ZOOLOGIA, BOTÂNICA E HISTÓRIA NATURAL: Biodiversidade conhecida e desconhecida no Brasil. Classificação e taxonomia animal e vegetal. Fatores biológicos determinantes de riscos de extinção. Radiação evolutiva (evolução filogenética e filogeografia).

RECURSOS FLORESTAIS: Resoluções do CONAMA nº 378/2006; Manejo florestal sustentável; valoração ambiental e florestal. Recuperação de áreas degradadas. Manejo e gestão de bacias hidrográficas. Concessão florestal. Desmatamento, corte seletivo. Conversão de floresta. Sistemas agroflorestais. Compensação de reserva legal.

PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL: Monitoramento ambiental: conceitos, objetivos e suas aplicações no monitoramento de solo, ar, água, fauna, flora e ecossistemas. Proteção florestal (prevenção e combate a incêndios florestais), legislação aplicada ao uso do fogo. Conceitos básicos de: cartografia, sistemas de informação geográfica, sensoriamento remoto, imageamento e interpretação de mapas.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: Princípios para elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação (UC). Gestão e manejo de UC; Resolução CONAMA nº 001/1986; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução CONAMA nº 428/2010; licenciamento ambiental e áreas circundantes das UC.



REFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2015

FRA - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Conhecimento tradicional, extrativismo e sustentabilidade socioambiental; Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Noções de pedologia, ciclagem de nutrientes e classificação dos solos. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).
Plano Diretor de Itabirito

Bibliografia sugerida de Conhecimentos Específicos de Médico Veterinário Meio Ambiente:

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Artmed, 2005.
BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DANNI-OLIVEIRA, I. M.; MENDONÇA, F. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

EHINRICH, R.; KLEINBACH, M. Energia e meio ambiente. São Paulo: Thomson, 2003.
GRIBBIN, J. E. Introdução à hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

IBGE. Noções básicas de cartografia. Manuais técnicos em geociências, Rio de Janeiro, n. 8, 1999.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica (1979). Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. Geologia geral. São Paulo: Nacional, 1989. LEPSCH, I. F. Formação e conservação de solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MACEDO, J. A. B. Águas e águas. Minas Gerais: UFJF, 2001. MILLER JR., G. Tyler. Ciência ambiental. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2007. (e-book).

ODUM, E. P.; TRIBE, C. J. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

RIZZINI, C. T. Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1997.

SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. (Orgs.). Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: EDUSP, 2001.

VEIGA, J. E. da. A emergência socioambiental. São Paulo: Senac, 2007.

WILSON, E. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Plano Diretor de Itabirito

Legislação Federal

- 1) DECRETO Nº 4.339, DE 22 DE AGOSTO DE 2002
- 2) DECRETO Nº 2.519, DE 16 DE MARÇO DE 1998.
- 3) DECRETO Nº 6.159, DE 17 DE JULHO DE 2007.
- 4) LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967
- 5) LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.
- 6) LEI Nº 12.727, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.
- 7) LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006.
- 8) RESOLUÇÕES DO CONAMA
- 9) LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.
- 10) DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.
- 11) LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011
- 12) DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002
- 13) DECRETO Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006.